



IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE PARQUES EÓLICOS NO NORDESTE DO BRASIL: UM ESTUDO DE TEXTOS-DISCURSOS NA VISÃO DA LINGUÍSTICA AMBIENTAL

Naziozênio Antonio Lacerda (UFPI)

Abstract: The objective of this study is to analyze the socio-environmental impacts caused by the installation of wind farms in northeastern Brazil. The study is based on environmental linguistics, in intersection with ecosystem discourse analysis. The methodology takes into account ecomethodology and netnography. The research corpus consists of five speech-texts produced by different sources and published on the internet. The results show that wind farms cause environmental, mental, economic and social impacts. It is concluded that there is a need to build socio-environmental safeguards as a harmonization strategy through language (L) to establish communion in the lives of the population (P) that inhabits the affected territories (T).

Keywords: Socio-environmental impacts. Wind farms. Northeast of Brazil. Environmental linguistics. Socio-environmental safeguards.

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar os impactos socioambientais provocados pela instalação de parques eólicos no nordeste do Brasil. O estudo fundamenta-se na linguística ambiental, em interseção com a análise do discurso ecossistêmica. A metodologia leva em conta a ecometodologia e a netnografia. O *corpus* da pesquisa constitui-se de cinco textos-discursos produzidos por diferentes fontes e divulgados na internet. Os resultados mostram que os parques eólicos provocam impactos ambientais, mentais, econômicos e sociais. Conclui-se que há necessidade da construção de salvaguardas socioambientais como estratégia de harmonização por meio da língua (L) para estabelecer a comunhão na vida da população (P) que habita os territórios afetados (T).

Palavras-chave: Impactos socioambientais; Parques eólicos; Nordeste do Brasil. Linguística ambiental; Salvaguardas socioambientais.

1. Introdução

A energia eólica é a transformação da energia do vento em energia útil, abrangendo a utilização de aerogeradores para produzir eletricidade, moinhos de vento para gerar energia mecânica ou velas para impulsionar veleiros.

Existem basicamente dois tipos de usinas que constituem os parques eólicos: a usina eólica *onshore* (instalada na terra) e a usina eólica *offshore* (fora da terra, instalada no mar). Recentemente o governo federal promulgou a Lei nº 15.097, de 10 de janeiro de 2025, que regulamenta o aproveitamento do potencial energético *offshore* no país (BRASIL, 2025).

De acordo com a ABEEólica (2025), a energia eólica no Brasil teve seu primeiro indício em 1992 com o início da operação comercial do primeiro aerogerador instalado no Brasil, que foi resultado de uma parceria entre o Centro Brasileiro de Energia Eólica (CBEE) e a Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), localizado no arquipélago de Fernando de Noronha, em Pernambuco.

Atualmente o setor conta com 33,7 GW (gigawatt) de capacidade instalada, 1.104 parques eólicos, mais de 11.728 aerogeradores em operação em 12 estados da federação e está organizado e representado pela Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica), uma entidade privada, sem fins lucrativos, sediada em São Paulo-SP, que congrega e representa a indústria de energia eólica no Brasil, *onshore* e *offshore*, incluindo mais de 140 empresas de toda a cadeia produtiva: investidores em parques eólicos, fabricantes de aerogeradores, fabricantes de componentes e fornecedores de serviços.

Neste estudo, o nosso interesse recai sobre a energia eólica proveniente de aerogeradores montados em torres instaladas em parques eólicos pela importância ambiental, econômica, social e ecolinguística que esses empreendimentos assumem no contexto do nordeste brasileiro.

A energia eólica é considerada uma fonte limpa, renovável e abundante em nosso país, com destaque, pela quantidade de parques instalados, para as regiões Nordeste e Sul. Todavia, a região Nordeste é a principal produtora de energia eólica, respondendo por 93% de toda a capacidade instalada no Brasil. Por ser uma energia proveniente da natureza, mais precisamente do vento, seu processo de produção não emite gases de efeito de estufa, porém, apesar de ser uma energia considerada limpa, provoca impactos socioambientais e discursivos.

Há diferentes trabalhos publicados sobre os impactos dos parques eólicos no nordeste do Brasil, entre os quais podemos citar: “Impactos ambientais de parques eólicos no semiárido baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas”, de Almeida (2003); “Impactos socioambientais da

implantação dos parques de energia eólica no Brasil”, de Gorayeb, Brannstrom & Meireles (2019) e “Impactos negativos da energia eólica”, de Guitarrara (2023). No entanto, não identificamos pesquisa sobre a temática no âmbito da linguística ambiental.

Justificamos a realização desta pesquisa pelos seguintes motivos: aumento significativo da implantação de parques eólicos na região nordeste do Brasil; surgimento de impactos socioambientais nas áreas onde as usinas eólicas foram instaladas; e circulação de textos-discursos com posicionamentos da população atingida, manifestando o sofrimento decorrente de problemas causados pelos parques eólicos.

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar os impactos socioambientais provocados pela implantação de parques eólicos no nordeste do Brasil. Para atingir este objetivo geral, traçamos os seguintes objetivos específicos: caracterizar os impactos ambientais, mentais, econômicos e sociais causados pelos parques eólicos à luz da linguística ambiental; discutir a não comunhão, dificuldades na adaptação, não consideração da diversidade e falta da visão de longo prazo reveladas pelos textos-discursos selecionados; e repensar salvaguardas socioambientais para estabelecer a comunhão no diálogo entre as comunidades de fala (CF) das comunidades tradicionais e dos grupos empresariais que atuam no ramo de energia eólica.

O estudo fundamenta-se na linguística ambiental (COUTO, 2019), em intersecção com a ecolinguística, linguística ecossistêmica e análise do discurso ecossistêmica (COUTO; COUTO; FERNANDES, 2021; COUTO, 2020; SILVA, 2020).

Estruturamos este artigo nas seguintes seções: A energia eólica na região nordeste do Brasil; Parques eólicos no nordeste do Brasil: impactos socioambientais positivos e negativos; Linguística ambiental: uma abordagem interseccional; Ecometodologia: materiais e métodos, e Análise e discussões.

2. A energia eólica na região nordeste do Brasil

A região nordeste do Brasil possui condições ambientais que favorecem a implantação de parques eólicos por uma conjunção de fatores. Os ventos que sopram no território nordestino são de alta intensidade (velocidade de 12 metros por segundo, o que corresponde a mais de 40 km/h, quando o mínimo exigido é de 6 metros por segundo, o que equivale a pouco mais de 20 km/h), constantes, unidirecionais e de baixa turbulência, características que contribuem para aumentar a eficiência das turbinas dos geradores eólicos.

Na visão de Costa (2018), em estados como Bahia, Piauí e Pernambuco a exploração da energia eólica ocorre mais no interior, em áreas montanhosas, de grande altitude, nos ecossistemas caatinga e mata atlântica, ou mais precisamente no que sobrou desses biomas. Em Pernambuco e na Paraíba, há instalações em brejos de altitude, que constituem verdadeiras ilhas de vegetação úmida em meio ao ecossistema seco da caatinga, onde a vegetação existente são resquícios da mata atlântica primária. No Ceará e no Rio Grande do Norte, há usinas situadas em ambientes litorâneos, atingindo áreas costeiras de manguezais, restingas e dunas, provocando efeitos devastadores para pescadores, marisqueiras e ribeirinhos.

Essa caracterização panorâmica da instalação de usinas em diferentes ambientes dos estados nordestinos reflete a complexidade da dinâmica socioambiental da energia eólica na região. Porém, conforme mostramos no Quadro 1, com dados de 2024, mesmo diante dessa complexidade há um crescimento exponencial da produção de energia eólica nos diversos estados que formam a região.

Quadro 1 – Estados nordestinos que mais produziram energia eólica no Brasil em 2024

Posição	Estado	Produção
1º	Bahia	10,01 GW
2º	Rio Grande do Norte	9,74 GW
3º	Piauí	4,03 GW
4º	Ceará	2,57 GW
5º	Pernambuco	1,17 GW
6º	Paraíba	992 MW
7º	Maranhão	426 MW
8º	Sergipe	34 MW

Fonte: Adaptado de Casarin (2024) e atualizado pelo pesquisador

Observamos que os dados podem ser atualizados frequentemente motivados pela expansão da atividade dos ventos e rapidez com que os parques eólicos estão sendo instalados, contribuindo para a aceleração da produção de energia eólica no Nordeste, muitas vezes sem o devido acompanhamento e fiscalização, bem como sem que requisitos socioambientais sejam atendidos e cumpridos plenamente.

No Quadro 1, observamos que a Bahia encerrou 2024 como o estado com maior geração de energia elétrica a partir da fonte eólica na região (e no Brasil), ultrapassando o Rio Grande do Norte. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o estado foi responsável por 23% da expansão da matriz elétrica nacional no ano passado. Além disso, a Bahia foi selecionada pela empresa chinesa *Goldwind* Energia Renováveis (maior fornecedora de turbinas eólicas do mundo) para construção de uma fábrica de aerogeradores para produção de energia eólica, instalada no município de Camaçari, na região metropolitana de Salvador.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de o Piauí ter dobrado a sua produção e assumido o posto de 3º maior gerador de energia eólica do Nordeste. A título de informação, atualmente o Piauí possui o maior parque de energia eólica em operação na América Latina: o complexo Lagoa dos Ventos, instalado nos municípios de Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova e Dom Inocêncio, com 230 turbinas eólicas em atividade.

Também notamos uma ausência no Quadro 1: a ausência do estado de Alagoas. Explicamos que não consta o nome de Alagoas por ser o único dos nove estados nordestinos que ainda não gera eletricidade a partir da força dos ventos. Apesar de ser o último estado do Nordeste a licenciar um empreendimento de energia eólica devido a problemas na aprovação, Alagoas é o primeiro a ter a oportunidade de fazer isso seguindo os princípios de uma transição energética justa, inclusiva e sustentável, evitando possíveis impactos negativos que ocorrem nos demais estados da região mediante a adoção de salvaguardas socioambientais.

Apesar de a energia eólica ser considerada uma fonte renovável, apresentando-se como uma alternativa importante aos combustíveis fósseis e contribuindo para uma nova matriz energética, precisamos levar em consideração os impactos positivos e negativos que os parques de geração de energia eólica podem ocasionar.

3. Parques eólicos no nordeste do Brasil: impactos socioambientais positivos e negativos

Em um contexto global marcado pelas preocupações com as mudanças climáticas, a energia eólica se alinha às metas de acordos e conferências internacionais sobre o meio ambiente, que incentivam os países a reduzirem suas emissões de carbono e a investirem em fontes renováveis. No entanto, a transição energética também exige um planejamento que considere os impactos ambientais, econômicos e sociais associados a essas tecnologias. Sendo assim, neste estudo buscamos compreender não apenas os benefícios técnicos e ambientais dos parques eólicos, mas também os

impactos socioambientais que emergem de sua implantação. No Quadro 2, fizemos um resumo desses impactos para possibilitar uma maior visualização gráfica dos problemas que ocorrem na região.

Quadro 2 – Impactos socioambientais de parques eólicos no nordeste do Brasil

Impactos	Descrição dos impactos socioambientais	
	Positivos	Negativos
Ambientais	A energia eólica é uma das que causam menos danos ambientais, com geração da energia através de fonte renovável e redução da emissão de gases do efeito estufa.	Alteração significativa da paisagem natural, fragilização do solo, desmatamento, perda de biodiversidade e desequilíbrio ecossistêmico com a supressão de <i>habitats</i> . Pássaros e morcegos se chocam com as hélices, e a colisão ocasiona a morte desses animais.
Mentais	Participação em discussões sobre desenvolvimento sustentável e energias renováveis. Aumento da autoconfiança das pessoas das comunidades. Entusiasmo inicial com a implantação dos projetos e empolgação com a esperança da melhoria de vida.	Impacto visual das torres eólicas, barulho ou ruído das turbinas e medo das peças ou das torres caírem, atrapalhando as atividades do dia a dia e até mesmo no descanso, o que reflete na saúde das pessoas, que passam a conviver com maior nível de insônia, estresse e transtornos psicológicos. Frustração de esperanças e expectativas.
Econômicos	Geração de empregos, dinamização da economia local, efeitos da energia eólica sobre o preço regional da energia e aumento da arrecadação tributária. Permite que o proprietário da terra desenvolva plantações ou criação de animais.	Destruição de territórios, desconstituição de atividades produtivas e desestruturação de modos de vida de subsistência. Em se tratando do setor primário, há riscos de prejudicar plantações e áreas destinadas ao extrativismo e à pesca.
Sociais	Realização de projetos sociais, culturais, de saúde e ambientais para desenvolvimento da população local. Ações de incentivo para prática de esporte aliada ao acompanhamento escolar.	Transformação da vida nas comunidades tradicionais, o que interfere na dinâmica social, nos hábitos, na expressão cultural e na forma como essas pessoas interagem com o meio. Rachaduras em casas residenciais próximas às torres ou de estradas para movimentação de máquinas e caminhões. Migração para povoação ou cidade (êxodo rural).

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base em Guitarrara (2023) [com acréscimos e adaptações]

No Quadro 2, notamos que embora a energia eólica seja reconhecidamente uma fonte limpa e renovável de eletricidade não é inofensiva, uma vez que provoca impactos ambientais que não são desprezíveis. Há um falseamento do equilíbrio entre os aspectos positivos e os negativos gerados pela produção de energia eólica, cujas consequências podem ser evidenciadas nas objeções das comunidades espalhadas pelos diferentes estados nordestinos, revelando a falta de *compliance* ambiental (RIBAS; COSTA JUNIOR, 2019) e a necessidade da adoção de salvaguardas socioambientais (PLANO NORDESTE POTÊNCIA, 2024) para reduzir os danos causados aos sistemas ecológicos e sociais.

Na visão de Costa (2018), o modelo adotado para implantação da atividade econômica relativa à energia eólica vem causando problemas ao meio ambiente e às pessoas. O pesquisador explica que os parques eólicos têm deixado rastros de destruição na vida das comunidades atingidas nas diferentes fases de implantação dos projetos: obtenção do terreno (pela compra ou arrendamento), preparação da área (desmatamento, terraplanagem, compactação, abertura de estradas de acesso aos equipamentos), instalação dos aerogeradores e construção das linhas de transmissão.

No entanto, Costa (2018) reconhece que a produção de energia eólica é necessária, desde que preserve as funções e os serviços dos complexos sistemas naturais que combatem as consequências previstas pelo aquecimento global, sem afetar negativamente as populações locais e seus modos de vida.

Os impactos socioambientais podem ser pesquisados na perspectiva de diferentes ciências (Geografia, Ecologia, Economia, Direito Ambiental e outras), inclusive em abordagens interdisciplinares e transdisciplinares. No nosso caso, propomos um estudo na visão da linguística ambiental para entendermos o equilíbrio ou desequilíbrio (COUTO; FERNANDES, 2021) das questões ambientais na interação comunicativa das comunidades de fala (CF) das áreas afetadas.

4. Linguística ambiental: uma abordagem interseccional

As ideias seminais sobre linguística ambiental partiram do precursor Edward Sapir no ensaio clássico “Linguagem e ambiente” de 1911 (SAPIR, 2016). No entanto, possivelmente, o primeiro linguista a utilizar a expressão linguística ambiental por escrito tenha sido Maher em 1995, quando escreveu um capítulo de livro sobre o tema (MAHER, 1995). Pouco tempo depois, Harré, Brockmeier & Mülhäusler usam a expressão linguística ambiental só de passagem em um livro

publicado em 1998 que trata do discurso ambiental (HARRÉ; BROCKMEIER; MÜLHÄUSLER, 1998).

Em língua portuguesa, a primeira vez que ocorreu o uso da denominação linguística ambiental, no sentido que empregamos neste trabalho, deu-se por iniciativa de Couto em 2007, excetuando-se os empregos fora da linguística (COUTO, 2019).

Em se tratando da classificação da linguística ambiental dentro do quadro epistemológico aparentemente caótico da ecolinguística, Couto (2019) apresenta duas situações. Na primeira, o autor considera a linguística ambiental como um ramo da ampla área da ecolinguística em geral. Na segunda, classifica a linguística ambiental como um sub-ramo da análise do discurso ecossistêmica que, por sua vez, se insere na linguística ecossistêmica. Couto (2019, p. 101) argumenta que “a linguística ecossistêmica poderia ser um ponto, uma perspectiva de unificação ecológica das ciências da linguagem, com o que sairíamos do aparente ‘caos’ terminológico”. Com essa afirmativa, o autor esclarece que há muitas intersecções e sobreposições entre as subáreas da ecolinguística e admite que existe uma espécie de competição darwiniana entre elas.

O nosso entendimento dentro desse quadro epistemológico é de que a linguística ambiental é um ramo da ecolinguística que se intersecciona com a própria ecolinguística, a linguística ecossistêmica, a análise do discurso ecossistêmica e a análise do discurso ambiental, cuja posição assumimos nesta pesquisa.

Em termos conceituais, a linguística ambiental é o estudo, análise ou crítica de textos-discursos que tratam de temas ambientais, sejam ambientalmente corretos, acontecimentos antiambientais ou pseudoambientais (COUTO, 2019). Assim, podemos entender que a linguística ambiental é o estudo linguístico de questões que tenham a ver com o ambientalismo. Por este prisma, o objeto dos textos-discursos estudados pela linguística ambiental deve ter relação com o ambientalismo. Couto (2019) explica que a linguística ambiental pode ser feita por linguistas de qualquer orientação teórica ou por não linguistas, desde que usem um modelo teórico linguístico. Ainda acrescenta que a linguística ambiental pode se dedicar a textos-discursos que tratem de toda e qualquer questão ambiental, usando ou não um modelo teórico de cunho ecológico. Couto arremata afirmando que a linguística ambiental é ‘ambiental’ pelo objeto e não pela teoria nem pela metodologia adotada (COUTO, 2019). No nosso caso, o objeto são as questões socioambientais dos impactos dos parques eólicos.

Para fundamentação teórica desta pesquisa, procuramos nos embasar na linguística ambiental em uma abordagem interseccional com a ecolinguística, a linguística ecossistêmica e a análise do discurso ecossistêmica.

A ecolinguística inicialmente foi conceituada como o estudo das relações entre língua e meio ambiente (HAUGEN, 1972; COUTO, 2007), sendo depois atualizado para o estudo das interações verbais que se dão no interior do ecossistema linguístico (COUTO, 2013). Para a ecolinguística, a língua é o modo como os membros da comunidade interagem entre si, constituindo uma realidade biopsicossocial, por meio das inter-relações naturais, mentais e sociais.

A linguística ecossistêmica é a vertente brasileira da ecolinguística praticada sobretudo no eixo Brasília-Goiânia, que leva em conta o ecossistema linguístico, constituído de uma população ou de um povo (P), vivendo e convivendo em seu território (T) e interagindo os seus membros entre si e com o meio através da língua (L).

O estudioso da linguística ambiental pode usar conceitos e categorias da ecolinguística e da linguística ecossistêmica em suas análises de textos-discursos. Todos esses conceitos ou categorias têm a ver com o ecossistema. Um dos conceitos básicos é o de holismo, propriedade que faz com que o observador olhe para seu objeto de estudo como um todo e não apenas a parte que lhe interessa.

O estudioso da linguística ambiental pode usar conceitos e categorias da ecolinguística e da linguística ecossistêmica em suas análises de textos-discursos. Todos esses conceitos ou categorias têm a ver com o ecossistema. Um dos conceitos básicos é o de holismo, propriedade que faz com que o observador olhe para seu objeto de estudo como um todo e não apenas a parte que lhe interessa. No holismo, estão incluídos outros conceitos e propriedades, como interação, diversidade, adaptação, evolução, porosidade/abertura, redução/reúso/reciclagem e visão de longo prazo, entre outros (COUTO, 2020), aos quais acrescentamos a sustentabilidade.

Couto & Fernandes (2021, p. 19) afirmam que de acordo com “as categorias da Linguística Ecossistêmica, é importante distinguir os desequilíbrios que podem surgir nos ecossistemas natural, mental e social, porque não somos apenas seres animais (naturais); também temos uma vida mental e vivemos em sociedade”.

Para um linguista ambiental analisar discursos relativos a questões ambientais pode realizar uma intersecção com a análise do discurso ecossistêmica. Diferentemente do que fazem as análises do discurso tradicionais, que enfatizam questões de ideologia (política) e relações de poder, a análise

do discurso ecossistêmica enfatiza dois aspectos: 1 – defesa da vida (não apenas dos humanos, mas de todos os seres vivos); e 2 – luta contra o sofrimento evitável nos níveis natural, mental e social (SILVA, 2020). Na análise das questões ambientais, o estudioso deve considerar não apenas as interações harmônicas, que levam à comunhão, conceito central na linguística ecossistêmica e da visão ecológica de mundo (VEM) em geral, mas também as relações desarmônicas, conflituosas, que causam a descomunhão e devem ser resolvidas enfatizando a harmonização.

5. Ecometodologia: materiais e métodos

Entendemos que esta pesquisa exige um olhar ecossistêmico e transdisciplinar. Por isso, adotamos a ecometodologia, com base em Garner (2004) e discutida por Albuquerque (2015), que possibilita uma visão holística do objeto de estudo. Para uma compreensão mais específica das inter-relações entre os impactos ambientais, mentais, econômicos e sociais, levamos em conta os métodos da focalização (GARNER, 2004), com aproximação do foco em aspectos específicos dos impactos socioambientais em estudo, e da netnografia (FERRO, 2015), pelo fato do nosso material de análise ter sido selecionado de textos-discursos que circulam na internet, todavia, tendo o cuidado e o compromisso de manter o rigor, a condução ética e a fidedignidade.

O *corpus* da pesquisa constitui-se de amostras de matérias publicadas em agências e portais, com foco nos impactos socioambientais dos parques eólicos; discursos institucionais de natureza ambiental (declarações de empresas do setor de energia e documentos de organizações que abordam a implantação dos parques) e depoimentos de profissionais especializados e de moradores das comunidades publicados nos textos-discursos selecionados.

Quanto às matérias publicadas, selecionamos cinco textos-discursos produzidos por diferentes fontes (agências e portais) e divulgados na internet entre 2019 e 2024 sobre a temática dos impactos dos parques eólicos no nordeste do Brasil, sem seguir a sequência cronológica da publicação, mas a ordem dos conteúdos: texto-discurso 1) “O pouco conhecido impacto negativo da energia eólica no Nordeste”, da agência BBC News Brasil, disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-49858734> ,

publicado em 06 out. 2019; texto-discurso 2) “Comunidades rurais do Nordeste enfrentam desafios causados por parques eólicos”, produzido pela organização Marco Zero Conteúdo e divulgado pelo portal Mongabay Brasil”, disponível em:

<https://brasil.mongabay.com/2023/10/comunidades-rurais-do-nordeste-enfrentam-desafios-causados-por-parques-eolicos/>, publicado em 19 out. 2023; texto-discurso 3) “Impacto das eólicas foi desigual para os nordestinos do semiárido, do portal Movimento Econômico”, disponível em: <https://movimentoeconomico.com.br/economia/energia/2024/07/30/o-impacto-das-eolicas-foi-desigual-para-os-nordestinos-do-semiarido/>,

publicado em 30 jul. 2024; texto-discurso 4) “Moradores de comunidades em Simões intensificam manifestações por descumprimento de acordos com empresas eólicas e prefeitura”, do portal InfoNews disponível em:

<https://infonewss.com/moradores-de-comunidades-em-simoes-intensificam-manifestacoes-por-descumprimento-de-acordos-com-empresas-eolicas-e-prefeitura/>

, publicado em 20 maio 2024; e texto-discurso 5) Energia eólica: relatório aponta medidas para reduzir impactos”, da agência Eco Nordeste, disponível em:

<https://agenciaeconordeste.com.br/energia-eolica-relatorio-aponta-medidas-para-reduzir-impactos/>,

publicado em 04 mar. 2024.

Esclarecemos que para realização deste estudo não submetemos projeto à plataforma Brasil para apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por se tratar de uma investigação que utiliza informações de acesso público, divulgadas na internet sem restrição às buscas, não estando sujeitas a limitações relacionadas à privacidade, à segurança ou ao controle, o que está em conformidade com os artigos 1º, inciso II, e 2º, inciso VI, da Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016 (BRASIL, 2016). Em todo caso, tivemos a preocupação ética de não citar o nome de informantes, referindo-nos apenas à atuação profissional, seguida da comunidade, cidade e estado de origem. Nos procedimentos de análise, levamos em conta categorias da linguística ambiental, em intersecção com a ecolinguística, a linguística ecossistêmica e a análise do discurso ecossistêmica que emergem no discurso ambiental presente nos excertos dos textos-discursos selecionados.

6. Análise e discussões

Em nossa análise e discussões, consideramos o discurso de empresas do ramo de energia eólica, pesquisadores, profissionais especializados e moradores das comunidades atingidas – na prática, os que sofrem as maiores consequências dos impactos negativos da implantação de parques eólicos, abrangendo diferentes estados para termos uma amostra representativa da região.

No excerto selecionado do texto-discurso 1 do *corpus* desta pesquisa, um pesquisador reconhece a importância da energia eólica, mas alerta que as fazendas eólicas têm um lado ruim que precisa ser compreendido pela sociedade:

Gerar energia renovável mediante a força dos ventos é uma importante estratégia para que o Brasil cumpra com suas metas de desenvolvimento sustentável e precisa ser estimulada, [...]. Mas, apesar de renovável, ela não é inofensiva à natureza. Há impactos sobre a fauna, principalmente morcegos e aves, que controlam pragas. Eles se chocam contra as pás das hélices e morrem (Pesquisador da UFPE, Recife-PE).

Na manifestação discursiva do pesquisador, percebemos os impactos ambientais negativos em razão da morte de aves e morcegos em decorrência de choques contra as pás das hélices das torres instaladas nos parques eólicos. Esta situação provoca impactos mentais, mediante a preocupação gerada nas pessoas. A morte desses animais traz também impactos econômicos porque eles se alimentam de insetos, que fazem parte de sua cadeia alimentar, desempenhando um controle natural desses seres invertebrados, pois o aumento da população de insetos em decorrência da morte de aves e morcegos pode prejudicar as plantações e afetar negativamente a produção agrícola, causando a diminuição da renda. Além disso, pode acarretar impactos sociais, como a diminuição da oferta de alimentos, causando fome e migração.

Do ponto de vista da linguística ambiental, em sua interseção com a ecolinguística e a linguística ecossistêmica, notamos a falta de uma visão holística na implantação dos parques eólicos, uma vez que não há uma visão do ecossistema como um todo, com as empresas voltando-se apenas para a instalação dos parques, sem preocupação com o meio ambiente e as consequências para a população local.

Com base na intersecção da linguística ambiental com a análise do discurso ecossistêmica, verificamos a necessidade da luta em defesa da vida dos animais (aves e morcegos), o que está de acordo com a visão de Silva (2020).

No primeiro excerto selecionado do texto-discurso 2, constatamos que o povoado Enxu Queimado, no município de Pedra Grande, litoral do Rio Grande do Norte, alimentava grandes esperanças no parque eólico a ser instalado na comunidade, esperanças que foram frustradas logo que as hélices começaram a girar:

Eles [empresários das eólicas], quando chegaram aqui, fizeram reuniões com a comunidade e foi toda aquela propaganda muito bonita [...]. Disseram que íamos transitar normalmente nas áreas dos parques, que poderíamos criar gado e que os produtores rurais seriam beneficiados. Também prometeram um serviço social maravilhoso, porque tudo que eles pudessem fazer pela comunidade eles fariam. Mas a realidade é que não fizeram absolutamente nada (Pescadora e líder comunitária, povoado Enxu Queimado, Pedra Grande-RN).

No posicionamento da pescadora e líder comunitária, de início percebemos o impacto mental, a princípio positivo, de que houve “reuniões com a comunidade e foi toda aquela propaganda muito bonita”, assim como um impacto ambiental positivo em “que íamos transitar normalmente nas áreas do parque”, juntamente com um impacto econômico positivo, no sentido de que poderiam criar gado e que os produtores rurais seriam beneficiados, culminando com um impacto social positivo na promessa de “um serviço social maravilhoso”. Porém, depois vem a frustração com o desequilíbrio (COUTO; FERNANDES, 2021) gerado pelo não cumprimento das promessas, atingindo a dinâmica das famílias da comunidade e a perda de suas fontes de subsistência.

No segundo excerto destacado também do texto-discurso 2, temos o seguinte depoimento de um pescador da comunidade: “Nossa tradição era correr nas dunas e tomar banho nas lagoas, além de plantar e colher nas matas e várzeas [...] Mas a nossa área verde acabou. Eles passaram um ano inteiro só desmatando e destruindo os morros de areia para construir os parques” (Pescador, povoado Enxu Queimado, Pedra Grande-RN).

No discurso do pescador, notamos o impacto social provocado pelo parque eólico na comunidade, afetando a tradição de “correr nas dunas e tomar banho nas lagoas”, associado ao impacto econômico de prejudicar o plantio e a colheita nas matas e várzeas, em consequência do impacto ambiental do desmatamento e destruição dos montes de areia para construção do parque, acabando com a área verde da comunidade.

Em ambos os excertos do texto-discurso analisado, percebemos a falta de comunhão (COUTO, 2020) nas ações e no discurso da empresa de energia eólica e com os moradores de Enxu Queimado, gerando conflito socioterritorial, bem como na interação comunicativa, entre a instituição e a população da comunidade.

Nos excertos do texto-discurso 3, percebemos que os contratos de arrendamento firmados entre as empresas eólicas e os pequenos proprietários rurais refletem a desigualdade social.

No aspecto social, o maior problema está nos contratos que impõem restrições ao uso da terra pelas comunidades. Na assinatura dos contratos,

há uma disparidade entre quem tem uma assessoria jurídica com capacidade de pagar por isso e quem não tem. Os grandes latifundiários não têm contratos abusivos [...] A estipulação de remunerações irrisórias demonstra um abuso cometido frente à fragilidade dos núcleos familiares, oferecendo uma renda que não reflete o proveito econômico da atividade realizada na propriedade (Consultor ambiental, advogado e pesquisador da UFPB, João Pessoa-PB).

Em seu discurso, o consultor ambiental, especializado em direito econômico, alerta que o maior impacto social negativo provocado pelas empresas eólicas está nos contratos de arrendamento firmado entre os pequenos proprietários rurais. Isto desencadeia outros impactos negativos, a saber: ambientais, pelas restrições impostas ao uso da terra; econômicos, pelas “remunerações irrisórias”, que não refletem “o proveito econômico da atividade realizada na propriedade”, uma vez que a energia elétrica gerada na região é vendida por um preço elevado; e mentais, por discriminar os pequenos proprietários ou posseiros e tirar proveito de suas vulnerabilidades.

A respeito dessas situações contratuais, Costa (2018) explica que o discurso do ambientalmente correto esconde práticas socialmente injustas das empresas de investidores nas atividades eólicas, evidenciadas cada vez mais com o passar do tempo. Para implantação dos parques e complexos, as empresas dos ventos utilizam diferentes expedientes como a celebração de contratos draconianos, expressão da área jurídica que significa instrumentos excessivamente rigorosos, inflexíveis e desumanos, com cláusulas abusivas que beneficiam apenas uma das partes (as empresas eólicas). Essa situação é agravada pela compra de grandes extensões de terras e até com a apropriação indevida de áreas com características de terras devolutas e de uso coletivo.

Na visão da linguística ambiental, evidenciamos a questão do discurso ambientalmente correto, que esconde práticas maléficas, com a falta de sustentabilidade e da visão de longo prazo, bem como o desrespeito à diversidade.

No texto discurso-discurso 4, temos as manifestações de discurso e de reivindicações que ocorrem em comunidades no município de Simões-PI, localizadas na Chapada do Araripe (marco geográfico do relevo nordestino que fica na divisa de 3 estados: Ceará, Pernambuco e Piauí), com vários parques instalados que formam um grande complexo eólico.

Os moradores das comunidades Serra do Maracujá, Serra dos Cecílio, Serra dos Rafael e Serra do Jatobá protestam por descumprimento de acordos com duas empresas eólicas e a prefeitura municipal de Simões-PI.

Uma mulher residente na Serra do Maracujá, relatou a difícil situação em que vive com três filhos após a instalação do parque eólico: “Olha a situação da minha casa, será se tem como esperar mais tempo, já faz oito meses, imagina viver nessa situação com três crianças? (Agricultora e moradora da Serra do Maracujá, Simões-PI).

Em sua fala, a agricultura refere-se às rachaduras das paredes de sua casa em consequência dos impactos ambientais negativos causados pela instalação do parque eólico.

Outra mulher manifestou a sua indignação pelo descaso com as reivindicações da comunidade:

Estamos mais uma vez lutando. A empresa já esteve aqui e prometeu muitas coisas, mas até agora nada foi cumprido. O que está sendo feito é desigual: algumas pessoas recebem benefícios, enquanto outras são deixadas de lado. Não queremos confusão com a empresa, apenas o cumprimento das promessas feitas. Queremos respeito e estamos apenas exigindo nossos direitos. Quando a empresa chegou, prometeu reformar nossas casas e recuperar as estradas, mas até agora não tivemos respostas. O que pedimos é respeito. Antes da chegada da empresa, mesmo vivendo humildemente, tínhamos sossego, e agora nem isso nos resta (Agricultora e moradora da Serra dos Rafael, Simões-PI).

A agricultora expõe toda a situação de descaso das duas empresas dos ventos e da prefeitura municipal de Simões-PI com os moradores da comunidade, relatando os impactos mentais negativos dos parques eólicos, dizendo que a população atingida não quer confusão com a empresa, convive com a discriminação e revela a perda de sossego após a instalação do parque eólico. E acrescenta os impactos ambientais negativos (falta de reforma nas casas residenciais e recuperação das estradas), econômicos (algumas pessoas recebem benefícios e outras são deixadas de lado) e sociais (falta de respeito aos moradores e não cumprimento das promessas).

Por sua vez, uma das empresas dos ventos emitiu um comunicado, informando que “preza pelo diálogo aberto e transparente com a população e destaca que possui um projeto de longo prazo, de aproximadamente 30 anos, que traz diversos benefícios para o município, como geração de emprego e renda, e incentivo à economia local”. A empresa acrescenta que conta com todas as licenças exigidas pelos órgãos fiscalizadores e segue rigorosos padrões internacionais na implementação do parque eólico, que demonstra o potencial de Simões em contribuir com a transição energética no Brasil.

Com base na linguística ambiental (COUTO, 2019), entendemos que se trata de um discurso do pseudoambientalismo, que busca mascarar a realidade para enganar a sociedade e ludibriar a comunidade para continuar com os danos ao meio ambiente e à população local. Apesar do

comunicado emitido, a empresa não apresentou respostas satisfatórias e ainda acionou a justiça e protocolou ações judiciais na Comarca de Simões-PI contra os manifestantes. Como resultado, muitos moradores receberam intimações acompanhadas de ameaças de multas que chegam a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo pressionados a encerrar as reivindicações realizadas de forma pacífica e socialmente consciente.

Em nossa análise, percebemos a falta de *compliance* ambiental, que no entendimento de Ribas & Costa Júnior (2019) é um instrumento que tem papel relevante na busca do meio ambiente ecologicamente equilibrado, no qual empresa e moradores das comunidades devem estar em conformidade no cumprimento de normas, leis, acordos, regulamentos e políticas que tenham a ver com as questões ambientais, protegendo as empresas de riscos financeiros e reputacionais e respeitando o meio ambiente e os direitos das pessoas das comunidades.

Em se tratando da interação comunicativa, vemos que ocorre uma quebra do equilíbrio na comunidade de fala, causando desarmonia e gerando a descomunhão entre as empresas dos ventos e os moradores, resultando no sofrimento evitável da população local.

No texto-discurso 5, temos a preocupação com a energia eólica e a iniciativa da elaboração de um documento que aponta salvaguardas para reduzir impactos negativos dos parques eólicos na região nordeste do Brasil. O relatório (concluído em janeiro/2024), denominado Salvaguardas Socioambientais para Energia Renovável, é resultado de uma construção coletiva de medidas de mitigação propostas por mais de 30 entidades – a maioria de povos e de populações tradicionais do Nordeste.

Uma bióloga, representante de uma instituição que promove a justiça ambiental e que participou da elaboração do documento, referindo-se à praia de Icaraí, em Amontada, no litoral cearense, afirma que a comunidade é uma das áreas impactadas pela implantação dos aerogeradores, que alteram a paisagem e a cultura local:

Tem uma Icaraí antes e outra depois das eólicas, que deixaram a praia irreconhecível [...]. Agora existem latifúndios à beira-mar, que passou a ter restrição de uso comum, com a presença de motoqueiros que impedem o acesso dos pescadores [...]. Houve assédio e violência contra as mulheres e meninas que se encontravam em situação de vulnerabilidade. E hoje existe uma geração de filhos desses homens, mas que não têm o nome do pai na certidão de nascimento, porque ele foi (sic) embora após a obra (Bióloga e representante de instituição, praia de Icaraí, Amontada-CE).

A bióloga aponta os impactos socioambientais na paisagem local onde foram implantadas as turbinas eólicas com a destruição das dunas e das lagoas que abrigavam aves, répteis e anfíbios, assim como a restrição para circulação das pessoas na área. E ainda cita a inexistência de um código de conduta e ética dos operários que trabalharam na implantação do parque eólico e deixam “os filhos sem pai”. E lamenta o fato de a comunidade não ter a quem responsabilizar por esse e outros impactos socioambientais porque, às vezes, os contratos se renovam automaticamente e as empresas mudam de dono sem que os moradores de Icarai de Amontada tomem conhecimento.

Um líder quilombola que colaborou com a elaboração das salvaguardas afirma que a comunidade não é contra a transição energética, nem os parques eólicos, mas sim a maneira como é feita a implantação dos empreendimentos: “A forma como ocorre não tem nada de limpa. É suja, impacta. É possível isso mudar, mas desde que seja pensado, construído também por nós” (Líder quilombola da comunidade Cumbe, Aracati-CE).

Uma liderança indígena de Tacaratu-PE e coordenador de uma organização dos povos indígenas, que participou da elaboração do documento de salvaguardas, relata os impactos observados: “Os aerogeradores fazem um barulho constante, que abala a saúde mental das pessoas que moram perto. Na aldeia Baixa do Lero (Tacaratu – PE) os moradores escutam dentro de casa”.

Outro problema apontado pelo indígena é o desaparecimento de plantas utilizadas em rituais sagrados: “Temos encontrado muita dificuldade em achar cansanção (uma urtiga), umbuzeiro, croá. O espaço onde tinha bastante cansanção é onde estão a usina solar e a eólica, mas com o desmatamento da caatinga não tem mais”. E acrescenta: “Nossa espiritualidade vem da natureza. Os impactos ambientais afetam nosso modo de vida, nossa cultura” (Alexandre Santos, liderança indígena do povo Pankararu, na aldeia Baixa do Lero, Tacaratu-PE).

O representante indígena aponta os impactos socioambientais de forma integrada, começando pelos impactos mentais causados pelo barulho dos aerogeradores, passando pelos impactos ambientais provocados pelo desmatamento da caatinga e destruição de plantas, culminando com os impactos sociais que afetam o modo de vida, a cultura e a espiritualidade.

Em nossa análise e discussões, constatamos que, diante de tantos impactos negativos provocados pela instalação dos parques eólicos, os ventos agora sopram em direção ao meio ambiente mental da língua. As comunidades se articularam no sentido de elaborar um documento, com a consciência de que “A crescente expansão de renováveis, da forma que tem sido feita, tem intensificado conflitos territoriais, gerado ameaças à biodiversidade, agravado injustiças e danos

socioambientais aos povos do campo, da floresta, das águas e aos seus ecossistemas” (Plano Nordeste Potência, 2024, p. 7).

Pelo que vimos, existe a necessidade urgente de salvaguardar vidas, ecossistemas, paisagens e atividades já existentes nos territórios afetados. Além de corrigir os rumos de planos e projetos, também é fundamental garantir reparação dos danos já causados, bem como a mitigação dos impactos socioambientais discutidos. As salvaguardas socioambientais constituem um relatório com propostas para contratos de uso da terra, licenciamento ambiental, outorgas para geração e transmissão de energia, além de uma seção específica sobre as linhas de transmissão, para subsidiar todos os setores e segmentos envolvidos.

Os resultados da pesquisa mostram que os parques eólicos provocam impactos ambientais, mentais, econômicos e sociais, evidenciados pelo desequilíbrio, dificuldades na adaptação, não consideração da diversidade e falta do holismo e da visão de longo prazo, o que motiva posicionamentos na luta pelo sofrimento evitável da população e em defesa da vida.

7. Considerações finais

A escolha da área de um município para instalação de um parque eólico no nordeste do Brasil cria a ilusão de prosperidade, com a promessa da geração de emprego e aumento da renda, mediante o discurso de um pseudoambientalismo que funciona como uma propaganda enganosa. Há inclusive a cooptação do Estado, com financiamento de bancos oficiais, incentivos fiscais e facilitações no licenciamento ambiental, no afã de aumentar a arrecadação de tributos, elevar o PIB (Produto Interno Bruto) e faturar politicamente.

De início, acontece uma euforia na etapa de instalação dos equipamentos, com a execução das obras civis que atraem trabalhadores locais e de outras regiões, mas depois da conclusão ocorrem as demissões, ficando poucos postos de trabalho.

Para os moradores das comunidades, os parques eólicos pagam aluguéis apenas para os proprietários ou posseiros que cedem as suas terras, recebendo a remuneração de aproximadamente de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada torre instalada, por meio de contratos com a falta de *compliance* ambiental, sem transparência e com a falta de lisura nas cláusulas. As demais pessoas não recebem pagamento, mas sofrem todos os impactos socioambientais negativos. Essas pessoas poderiam ser beneficiadas pelas obras sociais e coletivas, caso as empresas cumprissem as suas promessas.

Muitos moradores das comunidades vivem nas imediações dos parques eólicos, têm suas casas, os terrenos e a própria saúde afetados, pagam caro pelas consequências e não obtêm qualquer remuneração, o que tem gerado desequilíbrio e quebrado a harmonia na interação entre os moradores, as comunidades e os representantes das empresas dos ventos.

Diante dessa realidade, surge a necessidade de criação de mecanismos de proteção contra os riscos, os danos e os impactos que esses empreendimentos impõem aos territórios e aos povos e comunidades que neles habitam, levando diferentes comunidades a construírem um documento denominado salvaguardas socioambientais.

Concluimos que há necessidade da construção de salvaguardas socioambientais como estratégia de harmonização por meio da língua (L) para estabelecer a comunhão entre a exploração do potencial eólico da região e a vida da população (P) que habita os territórios afetados (T), a fim de minimizar os impactos dos parques eólicos aos ecossistemas.

Referências

ABEEólica. Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias. Disponível em: <https://abeeolica.org.br/> Acesso em: 27 jan. 2025.

ALBUQUERQUE, Davi Borges. Palavras iniciais sobre metodologia em ecolinguística. *Via Litterae*, v. 7, n. 1, 2015, p. 131-142.

ALMEIDA, Rosana Batista. Impactos ambientais de parques eólicos no semiárido baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas. *Cadernos IHU Ideias* / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) – São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

BRASIL. Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016. Publicada no *DOU* nº 98, terça-feira, 24 maio 2016 – seção 1, p. 44, 45, 46. Brasília-DF, 2016.

BRASIL. Lei nº 15.097, de 10 de janeiro de 2025. Disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore... *Diário Oficial da União – Edição Extra*, Ano CLXIII, n. 7-B, seção 1, 10 jan. 2025. Brasília - DF, 2025.

CASARIN, Ricardo. Quais estados brasileiros produzem mais energia eólica e solar. Portal solar. 02 maio 2024. Disponível em: <https://www.portalsolar.com.br/quais-estados-brasileiros-produzem-mais-energia-eolica-e-solar> Acesso em: 30 jan. 2025.

COSTA, Heitor Scalabrini. Energia eólica e os desafios socioambientais. *O Eco - Jornalismo Ambiental*. 2018. Disponível em: <https://oeco.org.br/analises/energia-eolica-e-os-desafios-socioambientais/> Acesso em: 26 jan. 2025.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

- COUTO, Hildo Honório do. O que vem a ser ecolinguística, afinal? *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 14 (1), 2013, p. 275-313. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/22250/20296> Acesso em: 30 set. 2024.
- COUTO, Hildo Honório do. Linguística ambiental. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, v. 05, n. 01, p. 96-112, 2019.
- COUTO, Hildo Honório do. Análise do discurso ecossistêmica – ADE. *Árboles y Rizomas*, Universidad de Santiago de Chile, v. II, n. 2 (julio-diciembre, 2020): 1-14.
- COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; FERNANDES, Eliane Marquez da Fonseca. *Análise do discurso ecossistêmica (ADE): teoria e prática* [recurso eletrônico]. Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2021. Disponível em: <http://www.ecoling.unb.br/images/E5.pdf> Acesso em: 7 nov. 2024.
- FERRO, Ana Paula Rodrigues. A netnografia como metodologia de pesquisa: um recurso possível. *Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós*, ano 5, n. 19, ago. 2015, p. 1-5.
- GARNER, Mark. *Language: An ecological view*. Oxford: Peter Lang, 2004
- GUITARRARA, Paloma. Impactos negativos da energia eólica. Brasil Escola. 2023. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/impactos-negativos-da-energia-eolica.htm>. Acesso em: 19 out. 2024.
- GORAYEB, Adryane; BRANNSTROM, Christian; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade (orgs.). Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2019. (Coleção Estudos Geográficos da UFC). Disponível em: https://www.observatoriodaenergiaeolica.ufc.br/wp-content/uploads/2019/07/livro_web.pdf Acesso em: 26 jan. 2025.
- HAUGEN, Einar. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.
- HARRÉ, Rom; BROCKMEIER, Jens; MÜHLHÄUSLER, Peter. *Greenspeak: a study of environmental discourse*. Thousand Oaks, Cal.: Sage Publications, 1998.
- MAHER, John Christopher. The right stuff: towards an environmental linguistics. In: MAHER, J.; GAYNOR, Marilyn MacDonald (orgs.). *Diversity in Japanese culture and language*. Londres: Routledge, 1995, p. 95-117.
- MOREIRA, Roseilda Nunes; MARINHO, Luciana Freire de Lima; TEIXEIRA, Roberto Ney Ciarlini. Impactos socioambientais positivos e negativos: um estudo sobre a energia eólica no estado do Ceará. 20º ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente (ENGEMA), 3 a 5 de dezembro de 2018 – FEA/USP, 2018. p. 1-15.
- PLANO NORDESTE POTÊNCIA. *Salvaguardas socioambientais para energia renovável*. Jan. 2024. Disponível em: <https://nordestepotencia.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Salvaguardas-para-renovaveis.pdf> Acesso em: 07 nov. 2024.
- RIBAS, Felipe Santos; COSTA JUNIOR, Arlei. A importância do compliance ambiental para as empresas. Interfaces entre governança corporativa e impactos socioambientais. *RJLB*, Ano 5 (2019), n. 3, 581-610.
- SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: COUTO, Hildo Honório do Couto; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto; ARAÚJO, Gilberto Paulino de Araújo; Davi ALBUQUERQUE,

ECO-REBEL

Borges de (orgs.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 2016.

SILVA, Márcio M. G. Coronavírus, ideologias e análise do discurso ecossistêmica. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, v. 06, n. 02, p. 90-106, 2020.

Aceito em 30 de junho de 2025.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 11, N. 2, 2025.